

ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO BRASILEIRO NO IMAGINÁRIO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Simão da Silva Sobrinho¹
UFU

Resumo: Neste artigo, analisamos o imaginário sobre o espaço de enunciação brasileiro em funcionamento no Museu da Língua Portuguesa. Nosso objetivo é compreender as relações entre línguas conformadas por tal imaginário, tendo como hipótese de trabalho que os sujeitos são implicados por essas relações no processo de enunciação. Em nosso gesto teórico, articulamos os conceitos de enunciação e discurso, de espaço de enunciação e formação discursiva. Nas análises, ganham visibilidade aspectos do imaginário de unidade linguística (re)produzido pelo museu da língua.

Abstract: In this article, we analyze the imaginary about the Brazilian space of enunciation in operation at the Museum of Portuguese Language. Our goal is to understand the relationship between languages conformed by such imaginary, working with the hypothesis that the subjects are implicated by these relations in the process of enunciation. In our theoretical gesture, we articulate the concepts of enunciation and discourse, of space of enunciation and discursive formation. In these analyzes, it stands out aspects of the imaginary of linguistic unity (re) produced by the language museum.

1. Introdução

O estudo do discurso não é indiferente à enunciação. Com isso estamos dizendo que, em nossa prática analítica, para alcançarmos a compreensão do processo discursivo, partimos do que foi dito, considerando, por um gesto teórico, o processo de sua produção, a enunciação. Nesse procedimento está em funcionamento uma das compreensões basilares e distintivas da teoria do discurso formulada por Pêcheux, qual seja, a compreensão de que a língua é a base material dos processos discursivos (PÊCHEUX [1975] 1997a)². Por

essa compreensão, o autor define o processo discursivo como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (ibid., p. 161), entendendo a formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado das lutas de classes, determina o que pode e deve ser dito” (ibid., p. 160).

Cabe lembrar que, para esse filósofo, a língua é um sistema relativamente autônomo, porque seu funcionamento é determinado pelas formações ideológicas:

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas (ibid., p.160).

O caráter material do dizer, do sentido, do sujeito está nesta relação da língua com as formações ideológicas, estruturas-funcionamentos que fornecem as evidências do dizer, do sentido, do sujeito, não se confundindo a ideologia com conjuntos de ideias, visões de mundo, esquemas cognitivos, inversões ou mascaramentos da realidade. A materialidade não é, portanto, o texto, o filme, a imagem, o digital, etc., a materialidade diz respeito ao funcionamento ideológico da linguagem, ao modo como a ideologia estrutura o dizer, o sentido e o sujeito. A materialidade discursiva não é, assim, o material de análise. Como formula Orlandi (2012, p. 70), “materialidade não se reduz ‘ao que está dito’, ou ao ‘dado’ de qualquer natureza que seja”.

Pensamos a relação entre discurso e enunciação considerando esse caráter material do dizer, do sentido, do sujeito. Operamos, portanto, com conceitos não subjetivistas tanto de discurso, quanto de enunciação. Compreendemos o discurso como efeito de sentido entre posições ideológicas conformadas pelo funcionamento das formações discursivas. Desse modo, o discurso não é a fala, nem o texto, nem a imagem, nem o digital. Uma coisa é o reconhecimento de que “a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que a

constituem” (ORLANDI, 1996a, p. 461), outra coisa bastante diferente é confundir os materiais com a própria significância, com o discurso. Tal confusão é uma forma do idealismo empirista.

Nessa ancoragem materialista, concebemos a enunciação como uma das condições de produção do discurso. Como propõe Orlandi, “a análise do discurso não prescinde de uma teoria de enunciação, ao contrário, procura constituí-la, ainda que diversamente à perspectiva de, por exemplo, Benveniste; isto é, procura constituí-la como teoria *não-subjetiva*” (ORLANDI, [1983] 1996b, p. 111, *itálico da autora*). Numa abordagem não-subjetivista, a enunciação, o processo de formulação³ do dizer, é determinada historicamente. Desse modo, o sentido não está na enunciação; o sujeito não é a fonte ou origem dos sentidos e nem tem controle sobre como os sentidos se formulam nele.

Como argumentam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.175-176), “os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não-dito’”. Como compreendemos, esse jogo entre o dito e o não-dito no processo de enunciação é determinado pelas posições ideológicas. Trata-se de jogo estruturado pelo esquecimento. Por esquecimento, não estamos denominando a “perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de ‘perda de memória’, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (PÊCHEUX [1975] 1997a, p. 183). O sujeito, pelo modo como está constituído pelos sentidos, rejeita o não-dito, mas no esquecimento da formação ideológica que o determina nesse gesto.

Esse modo de compreender a relação entre discurso e enunciação orienta nossa apropriação do conceito de espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002, 2005) neste ensaio, no qual analisamos como o Museu da Língua Portuguesa significa as relações entre as línguas faladas no Brasil. Não é a primeira vez que utilizamos o conceito de espaço de enunciação em nossos trabalhos. Em Silva Sobrinho (2009), mobilizamos esse conceito para refletir sobre as relações entre línguas instauradas pelo acordo ortográfico de 1990 no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

2. O político na língua e na história

O político é constitutivo das línguas. Este é, nos parece, o postulado sobre o qual o linguista brasileiro Eduardo Guimarães (2002, 2005) desenvolveu, no campo dos estudos semânticos, o conceito de espaço de enunciação. Consideramos importante dizer que o autor formulou esse conceito a partir de deslocamentos nas teorias clássicas da enunciação, sobretudo de Benveniste, Ducrot e Foucault. Por esses deslocamentos, no conceito de espaço de enunciação funciona a concepção de enunciação como acontecimento sócio-histórico. Como formula o autor,

a enunciação não é um ato individual do ‘sujeito’, não sendo também irrepitível. O repetível está na enunciação porque ela se dá no interior de uma formação discursiva. Mas no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor o repetível ao novo (GUIMARÃES, [1989] 2008, p.78-79).

Com essa compreensão da enunciação, Guimarães se afasta da tendência, nas teorias da enunciação, de reproduzir, em termos teóricos, a ilusão do sujeito de ser origem do dizer e dos sentidos. O autor não trabalha com a ideia de um sujeito enunciador portador de escolhas e intenções. Nisso, ele se aproxima de Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997a, p.175-176) e Orlandi ([1983] 1996b, p. 111), citados anteriormente.

Para Guimarães, portanto, a língua não é posta em funcionamento pelo indivíduo (pessoa que fala esta ou aquela língua), mas pelo interdiscurso, a memória discursiva, dentro de espaços de enunciação, definidos como

espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2002, p.18).

O espaço ao qual se refere o autor, no conceito de espaço de enunciação, é, conforme citado, o espaço simbólico relativo ao

funcionamento político de línguas, não se confundindo, portanto, com território.

Os espaços de enunciação se caracterizam como espaços de conflitos, definem-se como espaços políticos, lembrando que o político, para Guimarães (ibid., p. 16), é o “fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem”. O político é “caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (ibid., p. 16). A partir dessa concepção de político como litígio, como conflito, que torna a dualidade unidade/diversidade linguística dinâmica, Guimarães (ibid., p. 18) afirma que

a língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos.

Essa divisão da língua, segundo o autor, “é marcada por uma hierarquia de identidades”, ou seja, ela “distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia” (ibid., p. 21). Ao enunciar, portanto, o falante é identificado pela divisão da língua. Nessa perspectiva, os falantes “são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes” (ibid., p. 18) denominado espaço de enunciação.

Guimarães (2005) analisa algumas das divisões da língua no Brasil: o registro formal como superior aos registros coloquiais; os registros coloquiais de pessoas escolarizadas como superiores aos registros coloquiais de pessoas não-escolarizadas; as diferenças do português de determinadas regiões como superiores às diferenças do português de outras regiões do Brasil; a identificação do registro formal com a escrita e do registro coloquial com a oralidade; a coincidência entre língua oficial e língua nacional; a determinação da língua materna pelas línguas oficial e nacional⁴; a identificação da escrita com a língua oficial e nacional; etc. O autor aborda, ainda, as divisões relativas ao modo como as línguas indígenas, africanas e de imigração, bem como a língua inglesa da globalização, são

significadas e distribuídas na relação com a língua oficial e nacional brasileira.

Conforme pensamos, trata-se de divisões e distribuições de línguas que são institucionalizadas, que são produzidas pelo Estado por meio de suas instituições, tais como a Escola, a Ciência, o Museu da Língua Portuguesa, etc. O Estado é o mediador simbólico na conformação do espaço de enunciação por meio das políticas linguísticas, definidas por Orlandi (1998, p. 13) como o lugar material de realização da relação historicamente necessária, no caso da sociedade brasileira, entre unidade e diversidade.

Compreendemos que a produção dessas divisões e distribuições desiguais e conflituosas das línguas e dos falantes pelo Estado é histórica, entendendo-se o histórico “não como fatos e datas, como evolução e cronologia, mas como significância, ou seja, como trama de sentidos, pelos modos como eles são produzidos” (ORLANDI, 2001a, p. 77). O modo como o sujeito é determinado por esse funcionamento político das línguas também é histórico, o que significa dizer que pode haver resistência, deriva no funcionamento do imaginário linguístico institucionalizado pelo Estado. Isso porque,

na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites (ORLANDI, 2002, p.69).

Pensado discursivamente, o espaço de enunciação, como espaço simbólico de línguas, é configurado pelas formações ideológicas. Em outras palavras, são as formações ideológicas que dividem as línguas e os falantes, numa distribuição desigual do direito ao dizer. Empregamos a expressão “formações ideológicas” porque as ideologias, como estruturas-funcionamentos produzidas nas lutas de classes, operam em relações complexas de (dis)junção, com dominante. Considerar a relação entre ideologia e espaço de enunciação, como o estamos fazendo, põe em questão o fato de que, embora a língua não se divida em classes, antes funciona de forma relativamente autônoma em relação a elas, as lutas de classes não são

“indiferentes” à língua, uma vez que “todo processo discursivo se inscreve numa relação dialógica de classes” (PÊCHEUX, [1975] 1997a, p. 92).

No caso da sociedade brasileira, a ideologia dominante é a capitalista. Esta ideologia estrutura a forma política Estado, que, como analisa Mascaro (2013, p. 79), “busca se duplicar como nação como meio de constituir uma unidade social para além das classes”. A ideologia da forma Estado estrutura a unidade política, fundamental para a reprodução capitalista, e a ideologia da nação estrutura a unidade social, funcionando como um “elemento que reforça, em cheio, a submissão dos explorados do capitalismo” (ibid., p. 79), pela produção da unidade imaginária de língua, costumes, modos de ser e agir, etc. A ideologia da forma Estado produz as condições para a circulação do capital sem as injunções das fronteiras; a ideologia da nação impede ou dificulta a livre-circulação internacional do trabalho e das classes operárias pela invenção de um *outro* fora das fronteiras, em relação ao qual se deve estar sempre alerta (ibid., p. 79). A ideologia da nação produz um “todos” imaginário que esquece as lutas de classes, as relações de dominação e resistência no espaço do Estado nacional. Identificamos esse funcionamento ideológico em formulações como “todos pela educação”, “Brasil, um país de todos”, “somos todos brasileiros”, etc. No Museu da Língua Portuguesa, instituição do Estado nacional brasileiro, esse “todos” é formulado como “nós”, em expressões como “a língua é o que nos une”, “nossa língua, nosso melhor retrato”, etc. Nessa unidade linguística imaginária da nação brasileira formulada na discursividade⁵ do museu, a diversidade concreta funciona sob a forma do equívoco, desestabilizando os sentidos de “nós”, língua, Brasil. É desse modo que temos compreendido o funcionamento discursivo dessa instituição fundada em 2006, na Estação da Luz, na cidade de São Paulo. Avançamos, neste ensaio, refletindo sobre como o museu significa as relações entre línguas na configuração do espaço de enunciação brasileiro.

3. O espaço de enunciação brasileiro no imaginário do Museu da Língua Portuguesa

O Museu da Língua Portuguesa (re)produz o imaginário linguístico que conforma as relações entre língua, sujeito e Estado, e, conseqüentemente, as relações entre sujeitos na formação social brasileira. Por imaginário linguístico compreendemos, neste ensaio, as concepções de língua, de relações entre línguas, de articulações entre língua, Estado e nação. O imaginário é sentido, significação produzida pelo/no funcionamento das formações ideológicas. É pelo imaginário que o sujeito (se) significa, interpreta (em) suas condições materiais de existência. Esse trabalho dos sentidos não é transparente para o sujeito.

Como analisamos em Silva Sobrinho (2014), o Museu da Língua Portuguesa, em sua exposição permanente, produz uma vulgata de conhecimentos da Linguística e da Literatura. Ele não faz análise de fatos linguísticos ou literários, faz uma montagem discursiva articulando recortes de conhecimentos produzidos historicamente nas ciências da linguagem. Empregamos a noção de montagem discursiva para podermos refletir sobre a dispersão de discursos nos objetos museais, nas exposições do museu. O funcionamento ideológico produz um efeito de completude que esquece, no sentido discursivo, essa dispersão. O modo como trata a questão da autoria desses conhecimentos não o constitui como discurso de divulgação científica. Diferentemente do que ocorre na divulgação científica, o conhecimento sobre a língua e a literatura é abstraído de suas condições de produção, entre elas a autoria, e formulado como pré-construído, aquilo que todo mundo sabe.

Por meio de uma vulgata do conhecimento científico, tanto a exposição permanente, quanto as exposições temporárias funcionam como objetos simbólicos na produção de uma identidade para o brasileiro, identidade que articula sujeito, língua, literatura, Estado e nação. O museu funciona como dispositivo de uma política de memória, de uma política identitária do Estado brasileiro. Esse funcionamento faz do museu, predominantemente, um espaço de repetição do discurso social hegemônico. Só compõem o acervo do museu objetos simbólicos (obras literárias, obras científicas, músicas, etc.) que estão em consonância com o discurso social hegemônico ou

que podem ser capturados, transformados no *mesmo* na rede simbólica desse discurso.

Isso não quer dizer que não haja, no museu, espaço para o *outro*. Tanto na montagem discursiva, quanto nos gestos de interpretação dos visitantes, os sentidos podem escapar à determinação do funcionamento institucional do museu. Na montagem discursiva, a vulgarização, ou seja, a reformulação da versão científica para uma versão não científica do conhecimento sobre língua e literatura pode produzir deslocamentos de sentidos, pois o sentido não é indiferente à formulação. A predominância, na montagem discursiva, de uma concepção linear do tempo e dos acontecimentos pode produzir, também, deslocamentos de sentidos. A formulação da linearidade no museu produz um efeito de transparência da história, da linguagem, da ciência. Contudo, a opacidade apagada⁶ pela formulação da linearidade continua funcionando pela falta. O apagamento de acontecimentos, objetos simbólicos, modos de ser-estar-fazer, sujeitos, etc. é um ponto de deriva pelo qual o discurso sobre a língua pode escapar ao controle institucional do museu.

O visitante do museu, que compreendemos como sujeito constituído pela interpelação ideológica, interpreta a montagem discursiva, o acervo, de uma dada posição conformada pelas formações discursivas. A depender da constituição subjetiva do visitante, a formulação linear da história produzida pelo museu será interpretada de formas diferentes. A falta constitutiva da discursividade do museu, efeito da linearização, da desopacificação, também implica o sujeito no gesto de interpretação. O sujeito pode não ser identificado pelo discurso sobre a língua produzido pelo museu, justamente pela interpretação das não-coincidências entre a língua mostrada como língua de todos os brasileiros e a diversidade concreta de línguas e sujeitos na composição da brasilidade.

Dentre as não coincidências, destacamos o modo como o museu formula a configuração do espaço de enunciação brasileiro, ou seja, o modo como ele significa, na montagem discursiva, as relações entre línguas no Brasil. O que já pudemos compreender (SILVA SOBRINHO, 2014) é que, ao significar a relação entre a unidade imaginária e a diversidade concreta, o Museu da Língua Portuguesa o faz sob a forma da contradição, que, diferentemente do contraditório,

é a forma da presença estruturante de uma ideologia em outra. No caso, a identidade linguística do brasileiro produzida pelo museu é determinada ideologicamente pela colonização. Analisamos esse aspecto do funcionamento discursivo do museu a partir da Figura 1:

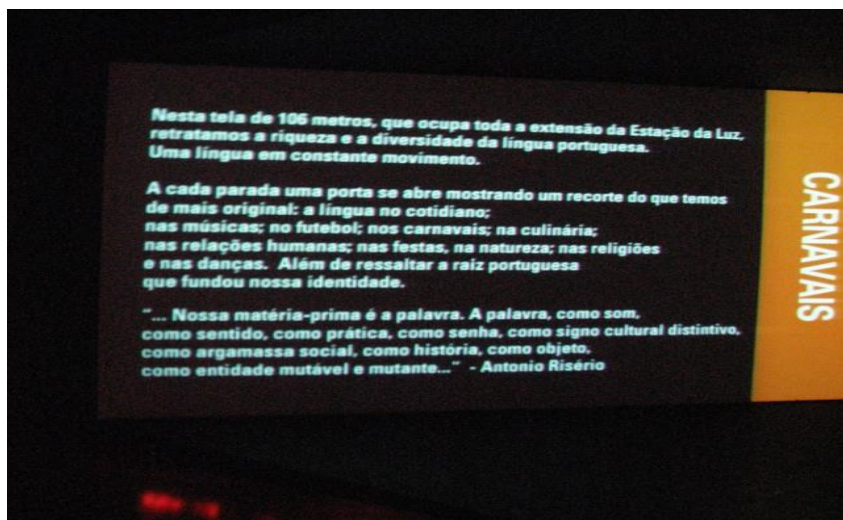


Figura 1: Museu da Língua Portuguesa - Grande Galeria

Fonte: arquivo do autor

Destacamos, na Figura 1, as expressões “retratamos a riqueza e a diversidade da língua portuguesa” e “uma língua em constante movimento”. Por essas formulações, o museu se inscreve na discursividade que concebe a língua como cadeia simbólica fluida, dinâmica, incompleta, passível de falhas. Ao mesmo tempo, o museu se inscreve na discursividade que unifica, que fixa uma língua para o brasileiro – a língua é “portuguesa”. Movimento e estaticidade. Essa contradição é estruturante do museu da língua. Na perspectiva da construção do espaço de enunciação, pelo modo como a sociedade brasileira está organizada, a questão que se coloca para o museu é, como formular sobre a diversidade sem comprometer o imaginário de unidade do Estado nacional.

Tal unidade imaginária da língua do Estado nacional brasileiro é (re)produzida em diferentes artefatos do museu, dentre eles, o painel

“As grandes famílias linguísticas do mundo”. Nesse artefato, está em funcionamento a discursividade que conforma a unidade imaginária do português no espaço nacional brasileiro – a língua é representada por um círculo numa imagem chapada, entendendo-se a representação como significação, efeito ideológico. E está em funcionamento, também, a discursividade que produz a unidade imaginária da lusofonia. Face à lusofonia, o museu, ao mesmo tempo em que, filiado por sentidos à colonização, formula que a língua portuguesa é a mesma língua no Brasil e em Portugal, produz um deslocamento na história da língua oficial e nacional brasileira, filiando-a não ao Estado nacional português, mas a uma língua portuguesa ancestral, da qual teriam surgido o “português europeu”, o “português africano” (o museu formula assim, sem o reconhecimento dos diferentes Estados nacionais africanos, um efeito da ideologia da colonização) e o “português brasileiro”, como formulado na Figura 2:



Figura 2: Museu da Língua Portuguesa - Pannel As Grandes Famílias Linguísticas do Mundo

Fonte: arquivo do autor

Ao mesmo tempo em que produz esse deslocamento na referencialidade da língua, o museu mantém a filiação à ideologia da colonização: a língua oficial e nacional do Brasil é denominada portuguesa. Instaure-se o paradoxo segundo o qual a língua é a

mesma, mas é diferente. O sentido de que é a mesma se formula pela invenção de uma ancestralidade comum. A língua oficial e nacional brasileira é significada, por esse modo, na história da língua do colonizador como uma variação.

A língua trazida pelo colonizador português ao Novo Mundo mudou. Ao longo dos séculos de colonização, mesmo com a imposição da língua gramatizada por Portugal, o contato da língua portuguesa com outras línguas, em um espaço de enunciação distinto da metrópole, deu origem a uma língua diferente (ORLANDI, 2002; MARIANI, 2004). A ideologia da colonização, que se mantém pelas práticas vinculadas ao discurso da lusofonia, é resistente a essa compreensão. Em Silva Sobrinho (2014), analisamos como a filiação do museu à ideologia da colonização e, ao mesmo tempo, à ideologia da descolonização produz sujeitos em relações equívocas com a língua do Estado brasileiro (a língua é brasileira, mas também não é, ou não só).

O modo como a língua oficial e nacional do Brasil é significada pela ideologia da lusofonia, por meio de suas instituições (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, Instituto Camões, etc.) é constitutivo do espaço de enunciação brasileiro. Fala-se o português, no Brasil, sendo interpelado pela relação de línguas e de Estados nacionais conformada pela ideologia colonialista da lusofonia. No espaço de enunciação brasileiro, o falante é constituído pela relação com a língua do Estado, significada como “sua” língua, e, também, pela relação com a língua imaginária da lusofonia.

O museu formula um sentido para essa língua imaginária identificando-a como uma língua ancestral da língua portuguesa praticada pelos diferentes Estados nacionais que compõem a CPLP. No sentido que o museu produz para a lusofonia, a língua que é universalizada não é a língua do Estado português, como formula a ideologia lusófona, é essa língua ancestral comum. Por esse modo de significar a heterogeneidade da língua portuguesa, o museu produz discursivamente a diferença e, também, a unidade na relação entre as línguas denominadas portuguesa. Subsumimos a crítica feita por Orlandi à unidade imaginária da lusofonia:

Já não cabe falar em lusofonia, mas em refletirmos sobre a situação de diversidade linguística com que se apresentam hoje os países de colonização portuguesa. Estamos em um campo multilíngue saído (nos dois sentidos: de partida e de afastamento) da dominação da língua portuguesa dos lusos. É esta situação que precisa ser refletida. A situação da língua portuguesa hoje não cabe mais na estreita noção de lusofonia. As nossas relações são de outra ordem. E nossa língua é outra. A que insisto em chamar de Língua Brasileira. (ORLANDI, 2009, p.180).

Língua brasileira que não é homogênea. O Museu da Língua Portuguesa lida com esse fato de linguagem produzindo a unidade imaginária por meio de um arranjo teórico que significa as diferenças linguísticas como “falares” regionalizados. Além da unidade linguística nacional imaginária (imaginário de que todos os brasileiros falam uma única e mesma língua), o museu (re)produz, pela regionalização da língua, a unidade linguística imaginária dos Estados da federação (imaginário de que todos os brasileiros de um dado Estado da federação falam uma única e mesma variedade do português), como depreendemos no artefato “Mapa dos falares”, na Figura 3:

O Museu da Língua Portuguesa (re)produz, desse modo, a memória discursiva que constrói uma identidade para a língua oficial e nacional brasileira (nessa discursividade, a língua dos brasileiros é aquela mostrada pelo museu), significando essa língua numa dada relação com a língua da lusofonia, como analisamos anteriormente, com a heterogeneidade do português falado no Brasil, como também já analisamos, e com as outras línguas efetivamente praticadas no espaço nacional como línguas maternas. Essas línguas não são significadas como línguas oficiais⁷ ou nacionais, nem como línguas maternas dos brasileiros. Para o museu, a língua da brasilidade é o português mostrado (na verdade, construído) nas exposições.

Essa discursividade produz o recobrimento da língua materna pela língua oficial e nacional, produz um “efeito de coincidência” entre o materno e o nacional, como analisa Pfeiffer (2005, p. 28) a propósito da escolarização da língua portuguesa. Trata-se de um efeito ideológico. A língua nacional é uma língua imaginária, no sentido de que é uma construção, uma invenção. Ela é produzida por meio de instrumentos linguísticos, não é língua materna de ninguém, contudo, produz efeitos nas línguas maternas. A língua materna, por outro lado, é a língua que funda o sujeito inscrevendo o indivíduo na cadeia significante. No museu, como dissemos, apenas a língua portuguesa gramatizada é significada como língua materna dos brasileiros, as outras línguas faladas no espaço de enunciação brasileiro são significadas na perspectiva do contato, do empréstimo, da influência, como no artefato “Palavras Cruzadas”, no qual algumas dessas línguas são representadas como totens:



Figura 4: Museu da Língua Portuguesa - Palavras Cruzadas
Fonte: arquivo do autor

Nessa seção do museu no qual está o artefato “Palavras Cruzadas”, de um lado há um painel que inventa uma história para a língua oficial e nacional brasileira, filiando-a à história da língua do colonizador português. Do outro lado, há um conjunto de filmes que destacam os empréstimos resultantes do contato do português com outras línguas (empréstimos no léxico da culinária, da música, do futebol, etc.). E, no meio, estão os totens, artefatos multimídia interativos.

Abrimos, aqui, um parêntese para dizer que, em Silva Sobrinho (2015), analisamos a interatividade no museu da língua a partir da tipologia discursiva proposta por Orlandi ([1983] 1996b). A autora, considerando as condições de produção do sentido, compreende o funcionamento de três tipos de discurso, que se articulam, com dominante: o lúdico, o polêmico e o autoritário. Um dos méritos dessa tipologia que continua bastante produtiva para a análise discursiva é que ela opera um deslocamento importante em relação ao empirismo de tipologias que consideram critérios exteriores ao processo discursivo como princípios de classificação, tais como a vinculação institucional (jornalístico, médico, religioso, etc.), o material de análise (impresso, visual, imagético, digital, etc.), as intenções dos

sujeitos (persuasivo, manipulador, etc.), etc. O que compreendemos, na perspectiva da tipologia formulada por Orlandi (ibid.), é que, mesmo nos artefatos identificados pelo museu como interativos, o discurso sobre a língua é, predominantemente, autoritário, na medida em que não cria as condições que favorecem a polissemia, antes, potencializa a paráfrase.

Retornando ao objeto museal “Palavras Cruzadas”, interpretamos que ele se filia a uma concepção idealista, atomista de língua, identificada, também, na Figura 2, na qual as línguas são representadas por círculos ligados por linhas. As relações do português com essas outras línguas referidas pelo museu nos totens são constitutivas e não de empréstimos. Essas relações produziram uma língua diferente do lado de cá do Atlântico. Ao significar tais relações como relações de empréstimos, o museu apaga, justamente, essa historicidade da língua oficial e nacional brasileira, produzindo a unidade imaginária da lusofonia.

No caso das línguas africanas e indígenas, é interessante analisar como o museu discursiviza. No painel “História da Língua Portuguesa”, o museu, como já foi dito, inventa um passado para a língua oficial e nacional do Brasil, passado imaginário filiado à história da língua do colonizador português. Nessa história, as línguas africanas e indígenas são apagadas de outra forma, além da redução da relação de contato a relação de empréstimo, como se pode notar no recorte:

Esta linha do tempo narra, de maneira bastante simplificada, a história da língua portuguesa do Brasil: na parte central, uma síntese da história da língua portuguesa na Europa, desde seus primórdios; na parte superior, um pouco da história das culturas indígenas em território brasileiro, com destaque para os povos de língua tupi; na parte inferior, por fim, momentos da história de algumas das culturas da África, principalmente dos povos da família de línguas níger-congo trazidos para o Brasil. A partir do século XVI, essas três correntes se encontram e se unem para formar a linha do tempo do português do Brasil, que nos traz até os dias de hoje. (MUSEU DA LÍNGUA

PORTUGUESA – PAINEL HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GRIFOS
NOSSOS).

Do recorte, destacamos para análise as formulações sublinhadas:

- (1) História da língua portuguesa do Brasil.
- (2) História da língua portuguesa na Europa.
- (3) História das culturas indígenas.
- (4) História de algumas das culturas da África.
- (5) Essas três correntes se encontram e se unem para formar a linha do tempo do português do Brasil.

Em (1) e (2), o museu formula que a língua portuguesa, tanto “do Brasil”, quanto “na Europa”, tem história. E aqui a questão da relação da língua oficial e nacional brasileira com a língua da lusofonia se formula na oposição que afirma o pertencimento “do Brasil”/“na Europa”. Em (3) e (4), o paralelismo construído entre (1) e (2) se desfaz: de história da língua, passa-se a falar em história da cultura. Um efeito de sentido que se produz nessa quebra do paralelismo é que as línguas indígenas e africanas não são línguas, mas culturas. Em nossa interpretação, há, nisso, a inscrição da ideologia da colonização, ideologia que produz o apagamento da história pela noção de cultura (ORLANDI, 2008).

A formulação em (5) produz o apagamento das línguas indígenas e africanas de dois modos. A quebra do paralelismo obriga a formular “três correntes”, em lugar de três conjuntos de línguas (o que já significa, também, o apagamento das línguas de imigração pela memória que interpreta a formação do povo brasileiro a partir do branco português, do índio e do negro). Além disso, em (5), a formulação “se unem” inscreve a memória discursiva segundo a qual as línguas indígenas e africanas teriam desaparecido na língua portuguesa após o “descobrimento”. Elas continuam sendo faladas, mas nesse apagamento que as significa sempre em relação ao passado da língua oficial e nacional, como herança, patrimônio.

No painel introduzido pelo recorte, até o “descobrimento do Brasil”, como se pode ler na Figura 5, mais abaixo, na parte central há a produção de uma história para a língua portuguesa; na parte inferior,

fala-se de artefatos produzidos por povos africanos; na parte superior, de artefatos produzidos por povos indígenas:



Figura 5: Museu da Língua Portuguesa - Painel História da Língua Portuguesa
Fonte: arquivo do autor

Analisando o discurso da descoberta, Orlandi (2008, p. 19) compreende que “o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico”. E a autora continua, “apaga-se o discurso histórico e produz-se um discurso sobre a cultura. Como efeito desse apagamento, a cultura resulta em ‘exotismo’” (ibid., p. 21). É esse discurso que depreendemos no painel. Na discursividade instaurada no painel, os povos indígenas e africanos não possuem línguas, possuem culturas, que teriam desaparecido após o “descobrimento”, com a transferência da língua portuguesa. No painel, a partir do “descobrimento”, desaparecem as partes superior e inferior que tratam

de culturas indígenas e africanas, passa-se a abordar apenas a história da língua portuguesa.

Nos totens, as línguas africanas e indígenas, que são apagadas, desse modo, da história da língua oficial e nacional brasileira formulada pelo painel, são significadas na perspectiva do empréstimo lexical, das trocas lexicais, instaurando-se o discurso segundo o qual a língua oficial e nacional brasileira é uma variação da língua do colonizador, e não uma língua diferente.

Em relação ao que poderíamos denominar como espaço de enunciação latino-americano, é interessante observar o modo como o museu significa a relação do português com o espanhol. Como se pode ver na Figura 6, inscreve-se a memória discursiva dos Tratados que, no passado, dividiram o Novo Mundo entre Portugal e Espanha. Essa inscrição continua apagando a grande diversidade de línguas faladas nas antigas colônias de Portugal e Espanha. E, principalmente, apaga que, do ponto de vista das relações entre línguas, as fronteiras não são rígidas ou claras como se representa:

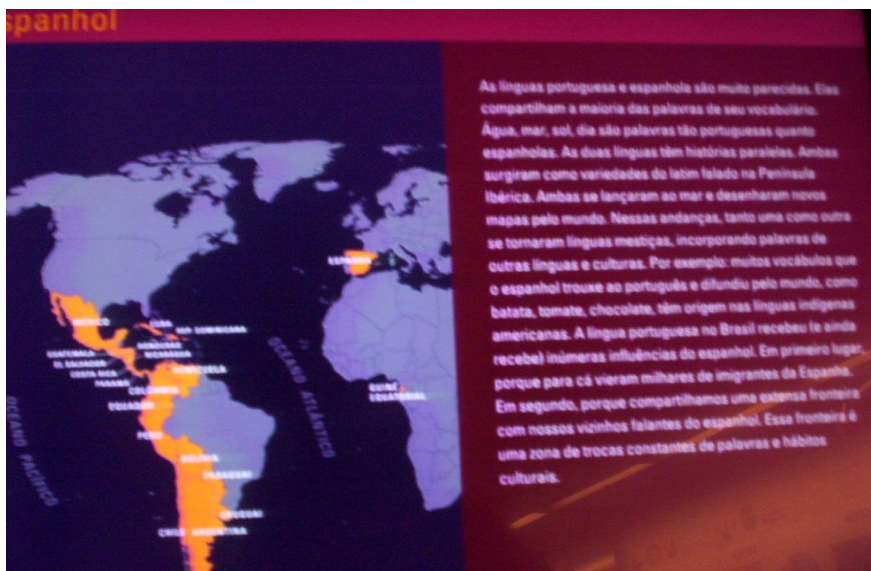


Figura 6: Museu da Língua Portuguesa - Palavras Cruzadas

Fonte: arquivo do autor

Há um apagamento da complexidade das relações entre línguas nas zonas de fronteiras, as relações são reduzidas a trocas lexicais. Analisando a presença do português na zona de fronteira com o Uruguai, Sturza (2006) compreende que existe um “espaço de enunciação fronteiriço”, no qual a língua portuguesa e a língua espanhola não funcionam do mesmo modo como funcionam como línguas nacionais, porque são “afetadas por uma outra formação sócio-histórica” (ibid., p. 21). Há, conforme a autora, um “cruzamento de línguas na zona de fronteira” (ibid., p. 159). Nesse espaço, “as línguas são reguladas por um jogo de poder e de domínio determinado pelo fator político” (ibid., p. 22). Essa complexidade do espaço de enunciação é apagada no imaginário que conforma o Museu da Língua Portuguesa.

4. Considerações finais

O conceito de espaço de enunciação produz um deslocamento importante em relação às perspectivas sociológicas que fazem a correlação direta entre diversidade linguística e lugares sociais empíricos. Por meio do conceito de espaço de enunciação, compreendemos que a língua é dividida, distribuída desigualmente por meio de processos discursivos inscritos nas lutas de classes, nas relações de forças que constituem a formação social. As políticas linguísticas são o *locus* desse funcionamento político das línguas. A divisão e distribuição à qual nos referimos diz respeito, portanto, aos modos como são estruturadas as relações entre unidade e diversidade linguística.

No Museu da Língua Portuguesa, o Estado brasileiro (re)produz a unidade imaginária da língua portuguesa em face da lusofonia, com o referido deslocamento na referencialidade, e em face da diversidade de línguas no Brasil. Essa unidade imaginária configura as relações entre línguas e falantes, significa e regula a presença e a ausência de outras línguas no espaço nacional. Interditada a significação das demais línguas faladas no Estado nacional brasileiro como línguas nacionais ou como línguas maternas dos brasileiros. A discursividade do museu da língua é conformada por essa unidade imaginária, pela qual a língua portuguesa identificada com a escrita é significada como a única língua que constitui a brasilidade em face do Estado brasileiro.

No que diz respeito à configuração do espaço de enunciação brasileiro, espaço simbólico de relações entre línguas, as diferenças são absorvidas ou anuladas pela ideologia da língua oficial e nacional. Isso é feito, no museu, como analisamos, pelo processo discursivo que significa as relações entre línguas como contatos nos quais ocorrem empréstimos lexicais, mas não mudança que instaura uma língua diferente. Conforme propõe Pêcheux ([1981] 2004, p. 37), analisando a formação das línguas nacionais nas sociedades burguesas, como questão de Estado a questão da língua se formula

com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõem antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente.

No caso da história brasileira, a classe burguesa que, após a Independência, formulou a questão da língua como uma questão nacional, o fez sob a forma da contradição, uma vez que a ideologia da colonização continuou estruturando sentidos para as línguas dos brasileiros. Efeitos dessa contradição na conformação do espaço de enunciação brasileiro foram analisados nesse ensaio.

O principal efeito dessa contradição é o imaginário de uma identidade única para os brasileiros, fincada na história portuguesa. Em nossa reflexão sobre esse imaginário de unidade identitária, lembramo-nos de Said (2004, p. 81) que, analisando como Freud aborda a questão da identidade judaica em *Moisés e o monoteísmo*, compreende que,

até para as mais definíveis, as mais identificáveis, as mais obstinadas identidades comunais – para ele, esta era a identidade judaica – existem limites inerentes, que as impedem de ser totalmente incorporadas em uma, e apenas uma, Identidade.

A identidade judaica possui um “caráter irremediavelmente diaspórico e desalojado” (ibid., p. 81), porque Moisés, sobre quem se

erige tal identidade, não é judeu, é egípcio. Essa é a quebra ou falha original reprimida que funda a identidade judaica. Passar por cima dessa falha, diríamos dessa incompletude, produz efeitos, conforme o autor, na história de judeus e palestinos. Como formula Said, é “a história sempre aquela que vem depois e, quase sempre, ou passa por cima ou reprime a falha” (ibid., p. 82). O autor finaliza o texto indagando sobre a possibilidade de escrita de outra história na qual a diáspora pudesse “se tornar a fundação, na terra de judeus e palestinos, de um Estado binacional no qual Israel e Palestina sejam partes e não antagonistas da história e da realidade subjacente um do outro” (ibid., p. 82). Ele acredita que sim, é possível mudando-se o sentido da identidade judaica, pela compreensão de sua falha ou quebra original.

Como propõe Said (2004), a produção de identidade passando por cima ou reprimindo a falha, a diáspora, o desalojamento não é uma exclusividade dos judeus. Por essa entrada de leitura, interpretamos, a partir das análises, que o Museu da Língua Portuguesa (re)produz uma identidade (lingüística) para os brasileiros cimentada em uma falha: o Brasil é formado por diferentes povos, no presente e no passado, com suas línguas, com seus modos de ser-estar-fazer, em complexas relações, e não por um povo único, com uma língua única e homogênea conformada pelo discurso identitário. Essa falha original da identidade brasileira produzida pelo Estado nacional apaga ou regula o funcionamento, de diferentes modos (coincidência entre as línguas oficial, nacional e materna, identificação das línguas nacional e oficial com a escrita, circunscrição das relações entre línguas a relações de empréstimos lingüísticos, patrimonialização das “línguas minoritárias”, etc.), das línguas que estão em relação constitutiva com a língua oficial e nacional. A forma como essa identidade é determinada pela ideologia da colonização interdita que, entre outras coisas, se possam desenvolver outras formações sociais ou outra forma Estado, a partir de outras relações entre língua, Estado e nação. Mudanças efetivas nas relações entre as línguas que constituem o espaço de enunciação brasileiro, com alterações significativas nas relações entre unidade imaginária e diversidade concreta, e com efeitos nas relações sociais, dando lugar a que as diferenças possam (se) significar politicamente, passam, incontornavelmente, pela

resistência à identidade predominantemente colonizada (re)produzida pelo Museu da Língua Portuguesa, pela resistência ao imaginário da unidade identitária nacional. O brasileiro não é português, e também não é um.

Referências

- COURTINE, J.-J. (1999). “O chapéu de Clémentis”. Trad. Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 15-22.
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.
- _____. (2005). *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp.
- _____. (2008). “Enunciação e História”. In: _____. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: RG, p. 71-79.
- MARIANI, B. (2004). *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes.
- MASCARO, A. L. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo.
- ORLANDI, E. P. (1996a). “Efeitos do verbal sobre o não-verbal”. In: MAGALHÃES, I. (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 461-473.
- _____. (1996b). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes.
- _____. (1998). “Ética e política linguística”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 1, p. 7-16. Campinas: Projeto HIL/Pontes.
- _____. (2001a). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2001b). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez.

- _____. (2008). *Terra à vista. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2009). *Língua Brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG.
- _____. (2012). *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1997a). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. Campinas: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1997b). “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas”. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Trad. Bethania Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, p. 163-252.
- PFEIFFER, C. C. (2005). “O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua”. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, p. 27-39.
- SAID, E. W. (2004). *Freud e os não-europeus*. Trad. Arlene Clemesha. São Paulo: Boitempo.
- SILVA SOBRINHO, J. S. (2009). “Acordo ortográfico e a unidade imaginária da Língua Portuguesa”. In: *Revista do GEL*, v. 6, n. 2, p. 232-242. São Paulo: GEL.
- SILVA SOBRINHO, J. S. (2014). *“A língua é o que nos une”: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (2015). “Discursos sobre língua, tecnologias e efeitos de memória no Museu da Língua Portuguesa”. In: *Polifonia*, v. 22, n. 31, p. 101-114. Cuiabá: UFMT.
- STURZA, E. R. (2006). *Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das ideias linguísticas*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Palavras-chave: Museu da Língua Portuguesa, espaço de enunciação, discurso sobre a língua.

Key-words: Museum of Portuguese Language, space of enunciation, discourse about the language.

Notas

¹ Doutor em Linguística, atua em Teoria e Análise Linguística, nas especialidades História das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso. E-mail: jose-simao@uol.com.br

² Colocamos entre colchetes a data em que a obra foi publicada originalmente. A data fora dos colchetes é a de publicação do exemplar consultado. Procedemos assim sempre que julgamos relevante situar cronologicamente a obra citada. As referências bibliográficas estão organizadas pela data de publicação do exemplar consultado.

³ Do mesmo modo que Orlandi (2001b, p. 9), entendemos que “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. E isso ocorre “em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas” (ibid.).

⁴ Guimarães (2005, p. 11) define a língua oficial como a língua de um Estado, “aquela que é obrigatória nas ações do Estado, nos seus atos legais”, a língua nacional como a língua de um povo, “enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo”, e a língua materna como, geralmente, “a língua que se apresenta como primeira para seus falantes”. O apagamento dessas divisões da língua, no Brasil, produz um imaginário de unidade linguística que desconsidera a heterogeneidade da língua portuguesa e do espaço de enunciação brasileiro, no qual se falam muitas línguas diferentes.

⁵ Entenda-se “discursividade” como sinônimo de “processo discursivo”. A partir de Pêcheux ([1975] 1997a, p. 91), compreendemos que “a *discursividade não é a fala* (parole), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função” (grifos do autor).

⁶ Quando falamos em “apagamento”, estamos nos referindo ao funcionamento da memória discursiva. Em tal funcionamento, o que é apagado, ou seja, o não-dito, o silenciado, continua produzindo efeitos no processo de significação. Sobre esse funcionamento da memória, recomenda-se a leitura de Courtine (1999).

⁷ Em alguns municípios brasileiros, recentemente, línguas indígenas foram reconhecidas como línguas oficiais. Trata-se, contudo, de ações políticas restritas às jurisdições municipais, sem aplicação para o Estado nacional brasileiro.